



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638325 - MS (2021/0000650-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : MARCIO RICARDO BENEDITO
ADVOGADO : MARCIO RICARDO BENEDITO - MS011890
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : MARCIO SOUZA COSMO GALIANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO SOUZA COSMO GALIANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1417163-03.2020.8.12.0000).

O paciente foi condenado à pena de 4 anos, 11 meses e 27 dias de reclusão em regime inicial semiaberto, tendo sido decretada sua regressão cautelar ao fechado, ante o cometimento da falta de natureza grave.

O impetrante sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, pois a decisão que decretou a regressão de regime carece de fundamentação e contraria a Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente, seja relaxada a prisão temporária e que o paciente seja imediatamente transferido do regime fechado para o semiaberto.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para a adequação do regime fechado para o semiaberto, bem como o estabelecimento de uma nova data-base para a obtenção de novos benefícios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente